



**AO ILUSTRÍSSIMO SENHOR PREGOEIRO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE
SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO/RJ**

Ref.: Pregão Eletrônico nº 05/2025

Processo Administrativo nº 2445/2025

Recorrente: Agência Fera Marketing Ltda

TOWDAH COMUNICAÇÃO LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº 22.937.749/0001-00, com sede na cidade de Duque de Caxias/RJ, neste ato representada por sua sócia-administradora, Sra. LEILA DE MELLO FERREIRA MACHADO, vem, respeitosamente, apresentar suas:

CONTRARRAZÕES AO RECURSO ADMINISTRATIVO,

com fulcro no art. 165, I, alínea “c”, da Lei nº 14.133/2021, diante do recurso interposto pela empresa **Agência Fera Marketing Ltda**, pelas razões a seguir expostas.

1. SÍNTESE DOS FATOS

A empresa recorrente foi inabilitada por descumprimento de cláusulas editalícias expressas, ao **não apresentar**:

- Comprovante de **registro profissional ativo** de publicitário e jornalista (item 9.15.1.3 do Edital);
- Comprovante de **inscrição vigente** em entidade representativa da atividade publicitária (item 9.12.2 do Edital);
- Declaração Unificada assinada, conforme exigido no item 9.10.

Mesmo diante da ausência objetiva de tais documentos, a recorrente intenta, em fase recursal, **suprir omissões documentais e rediscutir exigências previstas em edital** não impugnado no prazo legal.

2. DA TEMPESTIVIDADE

Considerando que o recurso administrativo da recorrente foi recebido e conhecido, estas contrarrazões são apresentadas tempestivamente, conforme prazo estabelecido no art. 165, §1º da Lei nº 14.133/2021.

3. DO DIREITO

3.1. DA PRECLUSÃO PARA IMPUGNAR O EDITAL

Nos termos do **art. 164 da Lei nº 14.133/2021**, eventuais questionamentos quanto às exigências editalícias deveriam ter sido formalizados até **3 (três) dias úteis antes da data da abertura da sessão pública**. A empresa recorrente **não apresentou impugnação nesse prazo**, aceitando tacitamente as condições estabelecidas.

Assim, sua tentativa de **desconstituir cláusulas editalícias em sede de recurso** encontra-se **preclusa** e deve ser rejeitada de plano.

3.2. DA VINCULAÇÃO AO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO

O edital previu expressamente:

“Caso o Licitante NÃO apresente por meio do sistema e no ato e em conformidade com o item 4.1, todos os documentos de habilitação exigidos neste edital, ou ausente algum documento, este será declarado INABILITADO” (Item 5.1)

A **não apresentação dos documentos no momento oportuno** impõe a **inabilitação automática**, não cabendo, em fase recursal, **complementação documental extemporânea**, sob pena de afronta à legalidade, isonomia e segurança jurídica.

3.3. DA JURISPRUDÊNCIA APLICÁVEL

O Tribunal de Contas da União tem entendimento firme no sentido de que a documentação de habilitação deve ser apresentada no momento oportuno, sendo vedada sua complementação extemporânea quando se tratar de documento inexistente no processo ou que não comprove condição pré-existente à sessão pública.

Conforme Acórdão TCU nº 1211/2021:

“ACÓRDÃO

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de representação formulada pela empresa Basis Tecnologia da Informação S.A., com solicitação de adoção de medida cautelar para suspensão do certame, noticiando irregularidade no âmbito do Pregão

Eletrônico SRP 11/2020, promovido pela Diretoria de Abastecimento da Marinha,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo relator, em:

9.1. conhecer da representação, satisfeitos os requisitos de admissibilidade constantes no art. 113, § 1º, da Lei 8.666/1993, c/c os arts. 235 e 237, VII, do RI/TCU, e no art. 103, § 1º, da Resolução - TCU 259/2014, para, no mérito, considerá-la procedente;

9.2. considerar prejudicada a medida cautelar pleiteada, ante a revogação do certame em 26/5/2020;

9.3. dar ciência à Diretoria de Abastecimento da Marinha (DAbM) de que a abertura de nova oportunidade pelo Pregoeiro, no dia 05/05/2020, às 09:57:25hs, após iniciada a fase de julgamento de propostas, para que todos que os licitantes enviassem a documentação exigida no edital para fins de habilitação, sem que o ato fosse devidamente fundamentado, com a especificação dos erros e falhas passíveis de saneamento, dentro da margem de correção possibilitada pelos normativos incidentes, afrontou o previsto no art. 8º, inciso XII, alínea "h", e no art. 47 do Decreto 10.024/2019, bem como os princípios da transparência e da equidade;

9.4. deixar assente que, o pregoeiro, durante as fases de julgamento das propostas e/ou habilitação, deve sanear eventuais erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível aos licitantes, nos termos dos arts. 8º, inciso XII, alínea "h"; 17, inciso VI; e 47 do Decreto 10.024/2019; sendo que a vedação à inclusão de novo

documento, prevista no art. 43, §3º, da Lei 8.666/1993 e no art. 64 da Nova Lei de Licitações (Lei 14.133/2021), não alcança documento ausente, comprobatório de condição atendida pelo licitante quando apresentou sua proposta, que não foi juntado com os demais comprovantes de habilitação e/ou da proposta, por equívoco ou falha, o qual deverá ser solicitado e avaliado pelo pregoeiro;

9.5. indeferir o pedido de ingresso aos autos formulado por Graziela Marize Curado, OAB/DF 24.565, em nome da empresa representante Basis Tecnologia da Informação S.A. para que seja considerada como parte interessada, ante a ausência de demonstração de i) razão legítima para intervir neste processo; ii) e da possibilidade de lesão a direito subjetivo próprio, à luz do art. 146 do RI/TCU c/c o art. 2º, § 2º, da Resolução-TCU 36/1995, com redação dada pelo art. 1º da Resolução-TCU 213/2008;

9.6. dar ciência desta deliberação à Diretoria de Abastecimento da Marinha, ao representante e à Secretaria de Gestão do Ministério da Economia; e

9.7. arquivar os presentes autos, nos termos art. 169, inciso V, do RI/TCU.”

É possível admitir, de forma **excepcional e devidamente fundamentada pelo pregoeiro**, o saneamento de falhas **que não alterem a substância da proposta** e que digam respeito a **documentos que comprovem situação já existente à época da proposta**, mas não apresentados por falha ou equívoco.

Entretanto, **não é o caso dos autos**, uma vez que a empresa recorrente deixou de apresentar **documentos essenciais e de apresentação obrigatória**, conforme previsto no edital, os quais **não foram sequer mencionados** no momento da habilitação. A tentativa de inclusão desses documentos em fase recursal caracteriza indevida inovação processual e afronta os princípios da **legalidade, isonomia, vinculação ao edital e segurança jurídica** no processo licitatório, com grave risco de nulidade.



4. DOS PEDIDOS

Ante o exposto, requer-se o **não provimento do recurso interposto pela AGÊNCIA FERA MARKETING LTDA**, mantendo-se a decisão de inabilitação, em observância:

- À legalidade;
- À vinculação ao edital;
- À isonomia;
- E à segurança do procedimento licitatório.

Nestes termos, pede deferimento.

Duque de Caxias/RJ, em 24 de junho de 2025.

**LEILA DE MELLO FERREIRA MACHADO
TOWDAH COMUNICAÇÃO LTDA
CNPJ: 22.937.749/0001-00**